

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS (MPE/TO)

Concurso Público
Nível Superior

Caderno: SE

Aplicação: 6/8/2006

CARGO 5:

ANALISTA MINISTERIAL ESPECIALIZADO
ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno — Caderno SE — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 Recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 6 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar o seu caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 8 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (DATAS PROVÁVEIS)

- I 8/8/2006, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/mpetoadm2006.
- II 9 e 10/8/2006 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/mpetoadm2006, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III 13/9/2006 – Resultados finais das provas objetivas e do concurso: Diário Oficial do Estado do Tocantins e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/mpetoadm2006.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 10 do Edital n.º 1/2006 – MPE/TO – ADMINISTRATIVO, de 16/5/2006.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/mpetoadm2006.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

CESPEUnB
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

O mercado da privacidade

1 Entre outros absurdos da vida norte-americana, importamos a delação premiada, que ameniza a pena, em troca do pecado. Ao incentivar a delação, estimulam-se falsos testemunhos contra pessoas inocentes e se acatam denúncias caluniosas a serviço da inveja e da vingança. Alega-se o presumido benefício maior, na proteção da sociedade contra o crime, mas o efeito real é o de transformar os delatores em trapos — se ainda não os são — e, em muitos casos, causar a morte moral de pessoas honradas.

10 Sendo, como é, uma aventura da matéria, a vida dos homens só se justifica como o pleno exercício de ser. 13 Liberdade é o direito natural que temos de fazer tudo o que desejarmos, desde que, nesse livre-arbítrio, não causemos danos aos outros. Na síntese política de um mestiço, o 16 mexicano Benito Juarez, o direito alheio é a paz.

16 A liberdade reclama também aquilo a que hoje chamamos privacidade. Todos nós temos direito a espaços invioláveis aos olhos e aos ouvidos alheios. Seja pelo pudor, por timidez, pelo prazer ou pela conveniência, a nossa vida pessoal deve ser resguardada. Ela é a extensão social de 19 nosso corpo, de nossa alma, com sua única transcendental realidade. Ao incentivar a delação e ao fazer dos registros oficiais um bem de mercado, o Estado deixa de ser o 22 guardião da liberdade.

Mauro Santayana. *Jornal do Brasil*, 11/6/2006 (com adaptações).

Com referência ao texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 A idéia defendida nesse texto é a de que o Estado, ao estimular a delação premiada, transforma a privacidade em bem de mercado e deixa de ser guardião da liberdade.
- 2 Depreende-se do texto que a delação premiada, cujo fundamento advém do direito dos Estados Unidos, contempla o exercício do livre-arbítrio — direito natural de se fazer tudo que se deseja —, mas fere direito alheio.
- 3 A oração “que ameniza a pena, em troca do pecado” (l.2-3) poderia, com igual correção, estar expressa com a seguinte estrutura: onde, em troca do pecado, ameniza-se a pena.
- 4 Por comporem oração com sujeito indeterminado, as formas verbais “estimulam-se” (l.3) e “se acatam” (l.4) poderiam estar, conforme faculta a norma gramatical, flexionadas no singular, tal como ocorre com “Alega-se” (l.6).
- 5 Na linha 8, a oração entre travessões poderia, com correção gramatical e de forma mais enfática, assim ser expressa: se caso ainda não os sejam.
- 6 Mantém o sentido original do texto a seguinte reescrita do período “Sendo, como é, (...) exercício de ser” (l.11-12): Somente se a vida dos homens for uma aventura da matéria é que ela poderia justificar o pleno exercício de ser.
- 7 O trecho “não causemos danos aos outros” (l.14-15) poderia ser corretamente substituído por: não provoquemos prejuízo às outras pessoas.

Privatização da liberdade

1 Zygmunt Bauman põe o dedo na ferida ao denunciar o limite da liberdade na modernidade capitalista: pode-se tudo (embora a maioria não possa quase nada), exceto 4 imaginar um mundo melhor que este em que vivemos. Quando muito, fica-se no conserto da casa, a reforma do telhado, a pintura das paredes, sem que se questionem a 7 própria arquitetura da casa e, muito menos, o modo de convivência dos que a habitam.

Os mais progressistas até admitem que, na reforma, 10 o quarto de empregada seja deslocado do exterior para o interior da casa. Até aqui o limite da lógica capitalista. Além disso, suprime-se a liberdade de quem ousa propor que não 13 haja quarto de empregada nem empregada.

Segundo Pierre Bourdieu, uns olham a sociedade com olhos cínicos e outros, com olhos clínicos. Os primeiros 16 julgam inquestionável o atual modelo de sociedade fundado na apropriação privada da riqueza e dele procuram tirar proveito, considerando justo o que reforça seus privilégios e injusto o que os ameaça. Os “clínicos” enxergam um palmo 19 abaixo do chão em que pisamos e reconhecem as intrincadas relações sociais que produzem, à superfície, tamanha 22 desigualdade entre os 6,5 bilhões de habitantes desta nave espacial chamada Terra.

Frei Betto. *In: Caros Amigos*, abril/2006, p. 8 (com adaptações).

Com relação à compreensão e interpretação do texto acima, bem como a aspectos morfosintáticos, julgue os seguintes itens.

- 8 A expressão “põe o dedo na ferida” (l.1) tem sentido conotativo (figurado).
- 9 O trecho “sem que se questionem” (l.6) é equivalente tanto a **não se questionando** quanto a **não sendo questionado**.
- 10 Pelos sentidos construídos no texto, questionar “o modo de convivência” (l.7-8) dos que habitam uma casa corresponde a questionar o modelo atual de sociedade fundado na apropriação privada da riqueza.
- 11 De acordo com o texto, a apropriação privada da riqueza resulta na privatização da liberdade, o que significa liberdade limitada concedida aos cidadãos.
- 12 O segundo parágrafo, de forma figurada, trata de inclusão social em uma visão reformista e progressista do Estado.
- 13 Atenderia à norma gramatical a substituição da forma verbal “haja” (l.13) pela forma **existam**.
- 14 No trecho “considerando justo o que reforça seus privilégios” (l.18), o segmento sublinhado corresponde a **o modelo que**.
- 15 De acordo com o trecho final do texto, as emaranhadas relações sociais são responsáveis pela imensa desigualdade entre os habitantes do planeta.

O *juridiquês* e outras falas

1 Tem razão o prof. Tércio Sampaio Ferraz, da
Faculdade de Direito da USP, quando distingue entre o
alambicado e o técnico. Se associações de juizes vêm
4 criticando, com bons fundamentos, os abusos do *juridiquês*
— linguagem rebuscada utilizada por muitos advogados e
membros do Judiciário —, é necessário preservar termos
7 técnicos não só do Direito, mas de outras áreas do
conhecimento que fazem todo o sentido na comunicação
entre especialistas. Linguagem rebuscada não é privilégio
10 dos bacharéis, mas estes esmeram-se na exibição de floreios,
enquanto outros profissionais optam mais pela linguagem
técnica. Mas a linguagem técnica tem limites quando
13 utilizada na comunicação com os leigos.

De onde viria a concentração do rebuscamento no
mundo dos bacharéis? Alberto Venâncio Filho, autor do livro
16 **Das arcadas aos bacharéis: 150 anos de ensino jurídico
no Brasil**, faz alusão à influência da Universidade de
Coimbra, transmitida de geração a geração, assim como à
19 fala prolixa de Rui Barbosa. Com todo o respeito a esse
ícone do universo jurídico, lembro-me de um exemplo que
corroborava a referência feita pelo acadêmico Venâncio. Em
22 certa ocasião, deparei-me com um advogado lendo um
alentado volume de Rui, sobre as virtudes e males de
diferentes regimes políticos. Como eu lhe perguntasse se
25 tinha interesse especial no assunto, respondeu-me que nem
tanto: lia qualquer coisa escrita pelo mestre, para aprimorar
o estilo.

28 Em matéria publicada na **Folha de S.Paulo** em
2005, o presidente do STJ, Edson Vidigal, afirma com muita
propriedade que o *juridiquês* “é como latim em missa:
31 acoberta um mistério que amplia a distância entre a fé e o
fiel; do mesmo modo [isso ocorre] entre o cidadão e a lei”.
Que outro propósito, consciente ou inconsciente, teriam
34 as ilegíveis receitas de alguns médicos que o cidadão,
convertido em analfabeto, entrega à decifração dos
atendentes de farmácias?

Boris Fausto. *Memória e história*. São Paulo: Graal, 2005. p. 119-21 (com adaptações).

Com relação à compreensão e à interpretação do texto acima bem
como a aspectos morfossintáticos, julgue os próximos itens.

- 16 O autor do texto julga que a linguagem utilizada pelos
bacharéis de direito deve-se mais à influência do estilo de
escrita de Rui Barbosa na linguagem forense do que à
remanescente influência da Universidade de Coimbra na
formação desses profissionais.
- 17 O exemplo apresentado no segundo parágrafo do texto é
insuficiente para inferir-se que os juristas não se interessam
por conhecimentos da ciência política.
- 18 Sem prejuízo para o sentido e para a correção gramatical do
texto, a oração “que fazem todo o sentido na comunicação
entre especialistas” (l.8-9) poderia ocupar, desde que
precedida de vírgula, a posição após a expressão “termos
técnicos” (l.6-7).
- 19 O segmento “optam mais pela linguagem técnica” (l.11-12)
poderia ser corretamente substituído por: preferem mais a
linguagem técnica.

20 São distintos os sentidos dos segmentos “entrega à
decifração dos atendentes de farmácias” (l.35-36) e **entrega
a decifração aos atendentes de farmácias**.

21 Com base na comparação apresentada no último parágrafo
do texto, é correto concluir que o “*juridiquês*” prejudica o
exercício pleno da cidadania.

1 Em matéria na **Folha de S.Paulo**, o ministro do
STF Carlos Veloso fala dos erros mais frequentes de
advogados quando se manifestam em latim, sem nada
4 conhecerem do vetusto idioma. Lembro-me, a respeito, de
duas histórias. Uma, verdadeira, de um advogado que, ao ser
informado pelo juiz de que uma audiência fora adiada sem
7 previsão de nova data, pede uma confirmação, expressando-
se em “anglo-latim”: “Meritíssimo, então a audiência foi
adiada *saine dai* (*sine die*)? A segunda história, quem sabe
10 verdadeira, fala de um juiz que, ao despachar uma petição,
pergunta ao advogado se está no prazo de três dias, fixado
para determinados atos processuais. À pergunta “o senhor
13 está no tríduo?”, segue-se a educada resposta: “Obrigado,
meritíssimo, já almocei (estou nutrido), mas aceito um
cafezinho.”

16 Por outro lado, a fala popular, expressa no âmbito
forense, tem particular interesse, tanto do ponto de vista
sociológico quanto lingüístico. A inventiva de expressões
aparentemente incorretas, mas que fazem sentido —
19 “o ladrão se escondeu num terreno vadio” ou “quem não
deve não treme” — é um objeto atraente. Também as
narrativas que envolvem atitudes perante “os que mandam”
22 são um campo fértil. Em condições restritas, em regra,
intimidatórias, os réus têm a possibilidade de se manifestar
ao serem interrogados. Muitas vezes, fogem ao discurso
25 ensaiado com os advogados, para argüirem legítima defesa
ou circunstâncias atenuantes, preferindo “contar os fatos
como eles se passaram”, mesmo com o risco de sofrerem
28 uma condenação.

Por aí se vê que o mundo jurídico, tão formal,
31 inclui, ao mesmo tempo, vozes incontroláveis.

Idem, ibidem.

Com base nesse texto, julgue os próximos itens.

- 22 Segundo o autor do texto, as frases da fala popular por ele
mencionadas, mesmo não correspondendo às de uso mais
corrente, são coerentes.
- 23 A expressão “vetusto idioma” (l.4) tem o mesmo significado
de **rebuscada língua**.
- 24 No trecho “ao ser informado pelo juiz de que uma audiência
fora adiada” (l.5-6), a supressão da preposição “de”
acarretaria erro gramatical.
- 25 Caso um chefe de departamento do serviço público
 resolvesse recomendar aos funcionários o emprego da
linguagem simples, sem floreios, o expediente de
comunicação oficial mais adequado e ágil para tal seria o
parecer técnico acompanhado da exposição de motivos.

Texto para os itens de 26 a 34

Somos eternos severinos

O nordestino morre mais cedo, passa menos tempo na escola e recebe um salário menor que o da média nacional. Apesar de todas as estratégias e modelos tentados, a região, 50 anos depois de **Morte e Vida Severina**, ainda apresenta indicadores inferiores aos nacionais. Isso não significa um quadro de estagnação. A média de crescimento tem se mantido acima do restante do Brasil, mas há um enorme fosso a ser ultrapassado. “Não houve queda sensível na disparidade de renda”, afirma Alexandre Rands Barros, da Datamétrica, empresa de consultoria sediada no Recife.

Correio Braziliense, Caderno Pensar, 24/6/ 2006, p. 3 (com adaptações).

Tomando o texto acima como referência inicial, julgue os itens que se seguem, referentes às disparidades regionais brasileiras.

- 26 Apesar de o crescimento econômico relativo ser superior à média nacional, a região nordestina brasileira não alcança um padrão de desenvolvimento com distribuição de renda.
- 27 A distribuição da riqueza no Nordeste brasileiro, equilibrada nos tempos coloniais, sofreu modificações apenas nas últimas décadas.
- 28 **Morte e Vida Severina**, auto de natal escrito por João Cabral de Melo Neto há cerca de cinco décadas, expressa a dura saga do retirante nordestino.
- 29 O retirante do sertão nordestino, ao migrar para as capitais da região, encontra condições sociais favoráveis, nos dias atuais, para seu pleno desenvolvimento.
- 30 O fenômeno migratório, em todo o mundo, deve-se mais à deterioração da qualidade de vida das populações em seus *habitat* naturais do que às reais possibilidades de melhorar a vida na nova região que abriga o migrante.

Ainda a partir do texto, e a propósito da relevância da obra **Morte e Vida Severina** para a literatura nacional, julgue os itens seguintes.

- 31 **Morte e Vida Severina** ainda é um texto forte em parte porque o que nele se denuncia permanece sendo real, apesar do esforço de superação da miséria tanto no Nordeste quanto em várias partes do território nacional.
- 32 A vontade da denúncia e o realismo das agruras do retirante eliminam a beleza estética e o valor literário de **Morte e Vida Severina** em favor do engajamento político-social.
- 33 A transposição dessa obra para o teatro, o cinema e a televisão permitiu ampliar o debate em torno do subdesenvolvimento nacional e da condição humana das populações miseráveis do Brasil.
- 34 O tema da miséria, tratado literariamente na obra, é exclusivo da realidade social do Brasil e do seu entorno geográfico.

O final de 2005 e os primeiros meses de 2006 foram marcados, na América Latina, por relevantes processos eleitorais que levaram ao poder, em alguns países, presidentes com idéias políticas um pouco diferenciadas em relação ao ideário político que predominou na região na década passada. A propósito dessas eleições e seus impactos, julgue os itens subseqüentes.

- 35 A eleição do boliviano Evo Morales se deu com a manutenção das políticas econômicas do consenso de Washington.
- 36 No México, a eleição de Felipe Calderón por ampla maioria de votos, sem contestação e sem desafio de nenhum outro candidato, demonstrou a força do nacionalismo antiamericano no seio da sociedade mexicana.
- 37 No Chile, a chegada de Michelle Bachelet ao poder demonstra que houve, no Cone Sul, uma opção política de ruptura completa com o liberalismo econômico.
- 38 A eleição de Alan Garcia, no Peru, significou, em alguma medida, a contenção da influência que o presidente Chávez, da Venezuela, tentou impor aos peruanos.
- 39 A diplomacia brasileira, ante a delicadeza das eleições em vários países da região, vem mantendo certa distância e evitando interferência nesses processos eleitorais.

As rebeliões em presídios paulistas, conduzidas recentemente por grupos criminosos organizados, despertaram a sociedade brasileira, que ficou atônita ante as limitações do sistema de proteção e segurança dos seus cidadãos. A propósito desses aspectos, julgue os próximos itens.

- 40 A vida nas grandes cidades, inspiradoras de sonhos dos que deixaram o campo nas últimas décadas de urbanização desenfreada no Brasil, deteriora-se de forma crescente no que concerne à segurança das pessoas.
- 41 A segurança cidadã, embora um item cada vez mais presente nas agendas políticas de candidatos aos Poderes Legislativo e Executivo, não mereceu ainda um tratamento profissional e eficaz no combate à violência urbana no Brasil.
- 42 Acompanhando a experiência internacional, a ótica da força pela força e da via única da violência de Estado deve ser a única política pública brasileira de combate aos referidos grupos.
- 43 Mesmo com uma boa base de pessoal envolvido e até mesmo com uma remuneração adequada para as hierarquias mais elevadas das corporações, a segurança pública no Brasil não vem conseguindo realizar sua tarefa fundamental de proteção do cidadão de bem.

Texto I – para os itens de 44 a 55

Uma proposição é uma afirmativa que pode ser avaliada como verdadeira (V) ou falsa (F), mas não ambos. É usual denotar uma proposição com letras maiúsculas: A, B, C. Simbolicamente, $A \wedge B$, $A \vee B$ e $\neg A$ representam proposições compostas cujas leituras são: A e B, A ou B e não A. A proposição $A \rightarrow B$ tem várias formas de leitura: A implica B, se A então B, A somente se B, A é condição suficiente para B, B é condição necessária para A etc. Desde que as proposições A e B possam ser avaliadas como V ou F, então a proposição $A \wedge B$ é V se A e B forem ambas V, caso contrário, é F; a proposição $A \vee B$ é F quando A e B são ambas F, caso contrário, é V; a proposição $A \rightarrow B$ é F quando A é V e B é F, caso contrário, é V; e, finalmente, a proposição $\neg A$ é V quando A é F, e é F quando A é V.

Uma argumentação é uma seqüência finita de k proposições (que podem estar enumeradas) em que as $(k - 1)$ primeiras proposições ou são premissas (hipóteses) ou são colocadas na argumentação por alguma regra de dedução. A k -ésima proposição é a conclusão da argumentação.

Sendo P, Q e R proposições, considere como regras de dedução as seguintes: se P e $P \rightarrow Q$ estão presentes em uma argumentação, então Q pode ser colocada na argumentação; se $P \rightarrow Q$ e $Q \rightarrow R$ estão presentes em uma argumentação, então $P \rightarrow R$ pode ser colocada na argumentação; se $P \wedge Q$ está presente em uma argumentação, então tanto P quanto Q podem ser colocadas na argumentação.

Duas proposições são equivalentes quando tiverem as mesmas avaliações V ou F. Portanto, sempre podem ser colocadas em uma argumentação como uma forma de “reescrever” alguma proposição já presente na argumentação. São equivalentes, por exemplo, as proposições $A \rightarrow B$, $\neg B \rightarrow \neg A$ e $\neg A \vee B$. Uma argumentação é válida sempre que, a partir das premissas que são avaliadas como V, obtém-se (pelo uso das regras de dedução ou por equivalência) uma conclusão que é também avaliada como V.

Com base nas informações do texto I, julgue os itens que se seguem.

- 44 É correto afirmar que, simbolizada adequadamente, a argumentação abaixo é válida.
1. Se um casal é feliz, então os parceiros têm objetivos comuns.
 2. Se os parceiros têm objetivos comuns, então trabalham no mesmo Ministério Público.
 3. Há rompimento se o casal é infeliz.
 4. Há rompimento se os parceiros não trabalham no mesmo Ministério Público.
- 45 A seqüência de proposições abaixo não é uma argumentação válida.
1. Se Filomena levou a escultura ou Silva mentiu, então um crime foi cometido.
 2. Silva não estava em casa.
 3. Se um crime foi cometido, então Silva estava em casa.
 4. Filomena não levou a escultura.

46 A proposição P: “Ser honesto é condição necessária para um cidadão ser admitido no serviço público” é corretamente simbolizada na forma $A \rightarrow B$, em que A representa “ser honesto” e B representa “para um cidadão ser admitido no serviço público”.

47 Não é possível avaliar como V a proposição $(A \rightarrow B) \wedge A \wedge (C \vee \neg A \vee \neg C)$.

48 Considere o seguinte texto: “Se há mais pares de sapatos do que caixas para acomodá-los, então dois pares de sapatos são colocados em uma mesma caixa. Dois pares de sapatos são colocados em uma mesma caixa. Conclui-se então que há mais pares de sapatos do que caixas para acomodá-los”. Nesse caso, o texto expressa uma argumentação que não é válida.

49 Considere que em uma argumentação uma premissa seja “Se um número x é divisível por 6 então x é divisível por 3”. Se a conclusão da argumentação for “Se um número x é divisível por 6, então a soma de seus algarismos é divisível por 3”, é correto afirmar que a proposição “Se x é divisível por 3, então a soma de seus algarismos é divisível por 3” tem de ser outra premissa dessa argumentação.

50 Considere uma argumentação em que as duas proposições simbólicas abaixo são premissas, isto é, têm avaliação V.

1. $(A \wedge \neg B) \rightarrow C$

2. $\neg C$

Neste caso, se a conclusão for a proposição $(\neg A \vee B)$, tem-se uma argumentação válida.

Texto II – para os itens de 51 a 55

Proposições também são definidas por predicados que dependem de variáveis e, nesse caso, avaliar uma proposição como V ou F vai depender do conjunto onde essas variáveis assumem valores. Por exemplo, a proposição “Todos os advogados são homens”, que pode ser simbolizada por $(\forall x)(A(x) \rightarrow H(x))$, em que $A(x)$ representa “ x é advogado” e $H(x)$ representa “ x é homem”, será V se x pertencer a um conjunto de pessoas que torne a implicação V; caso contrário, será F. Para expressar simbolicamente a proposição “Algum advogado é homem”, escreve-se $(\exists x)(A(x) \wedge H(x))$. Nesse caso, considerando que x pertença ao conjunto de todas as pessoas do mundo, essa proposição é V.

Na tabela abaixo, em que A e B simbolizam predicados, estão simbolizadas algumas formas de proposições.

proposição	forma simbólica
todo A é B	$(\forall x)(A(x) \rightarrow B(x))$
nenhum A é B	$\neg (\exists x)(A(x) \wedge B(x))$

A partir das informações dos textos I e II, julgue os itens subseqüentes.

51 A proposição “Nenhum pavão é misterioso” está corretamente simbolizada por $\neg (\exists x)(P(x) \wedge M(x))$, se P(x) representa “ x é um pavão” e M(x) representa “ x é misterioso”.

52 Considerando que $(\forall x)A(x)$ e $(\exists x)A(x)$ são proposições, é correto afirmar que a proposição $(\forall x)A(x) \rightarrow (\exists x)A(x)$ é avaliada como V em qualquer conjunto em que x assuma valores.

- 53** Considere que as proposições “Todo advogado sabe lógica” e “Todo funcionário do fórum é advogado” são premissas de uma argumentação cuja conclusão é “Todo funcionário do fórum sabe lógica”. Então essa argumentação é válida.
- 54** Considere uma argumentação em que duas premissas são da forma
1. Nenhum A é B.
 2. Todo C é A.
- e a conclusão é da forma “Nenhum C é B”. Essa argumentação não pode ser considerada válida.
- 55** A proposição $(\forall x) ((x > 0) \rightarrow (x + 2) \text{ é par})$ é V se x é um número inteiro.

Em cada um dos itens subseqüentes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 56** Em um lote de 20 processos, há 3 processos cujos pareceres estão errados. Aleatoriamente, um após o outro, 3 processos foram retirados desse lote. Nesse caso, a probabilidade de que os 3 processos retirados não estejam com os pareceres errados é superior a 0,6.
- 57** Uma concessionária oferece aos clientes as seguintes opções para a aquisição de um veículo: 4 cores externas, 4 cores internas, 4 ou 5 marchas, com ou sem ar condicionado, com ou sem direção hidráulica, com ou sem vidros e travas elétricas. Desse modo, são, no máximo, 128 as opções distintas para a escolha de um veículo.
- 58** Os ramais de telefone em uma repartição têm 4 dígitos, formatados com os algarismos 0, 1, ..., 9. Se esses números possuem pelo menos um dígito repetido, então a quantidade de números de ramais que é possível formar é superior a 4.000.
- 59** Um juiz deve sortear 5 homens e 6 mulheres para formar o corpo de jurados no tribunal do júri, entre 10 homens e 13 mulheres convocados. Nessa situação, o número de possibilidades diferentes de se formar o corpo de jurados é inferior a 1.970.
- 60** Uma empresa possui 13 postos de trabalho para técnicos em contabilidade, 10 para técnicos em sistemas operacionais e 12 para técnicos em eletrônica. Alguns técnicos ocupam mais de um posto de trabalho, isto é, 4 são técnicos em contabilidade e em sistemas operacionais, 5 são técnicos em sistemas operacionais e em eletrônica e 3 possuem todas as três especialidades. Nessas condições, se há 22 técnicos nessa empresa, então 7 deles são técnicos em contabilidade e em eletrônica.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Determinada quantia foi aplicada por dois meses em uma instituição bancária que paga juros compostos mensais de 1%. Ao final do período, o montante desse investimento, no valor de R\$ 10.201,00, foi usado para comprar, com desconto, um veículo usado, cujo preço à vista foi de R\$ 12.751,25. Considerando essa situação, julgue os itens a seguir.

- 61** O capital investido foi igual a R\$ 9.951,00.
62 O percentual de desconto na aquisição do veículo foi inferior a 25%.

Julgue os itens seguintes.

- 63** Considere que um capital seja aplicado a juros compostos por um período de 4 meses com capitalização bimestral e taxa nominal de 4% ao quadrimestre. Nesse caso, a taxa efetiva quadrimestral é igual a 4,04%.
- 64** Considere que um empréstimo de R\$ 40.000,00, tomado junto a uma instituição bancária, deva ser quitado em 8 anos, em parcelas anuais e consecutivas. Sabe-se que a instituição bancária cobra juros compostos de 12% ao ano e que a 1.ª parcela vence em 1 ano após a tomada do empréstimo. Nessa situação, usando-se o sistema francês de amortização, as parcelas são fixas e as amortizações têm valores crescentes; e pelo sistema de amortização constante, as amortizações são fixas e as parcelas têm valores crescentes.
- 65** Considere que alguém compre um eletrodoméstico em uma loja, pagando 20% do valor do bem à vista no ato da compra e mais 8 prestações mensais, consecutivas e iguais a R\$ 750,00. Considere também que a loja cobre juros compostos de 5% ao mês e que $(1,05)^{-8} = 0,68$. Nessa situação, o preço do eletrodoméstico à vista é inferior a R\$ 6.200,00.

ativo	ano I (em R\$)	ano II (em R\$)
disponível	250	980
estoques	800	2.000
material de consumo	320	650
salários antecipados	110	60
seguros antecipados	70	90
realizável em longo prazo	800	140
veículos	2.000	2.100
equipamentos	1.200	2.200
terrenos	800	800
depreciação acumulada	(600)	(820)
total ativo	5.750	8.200
passivo + patrimônio	ano I (em R\$)	ano II (em R\$)
salários a pagar	800	100
fornecedores	110	90
energia a pagar	80	79
telefone a pagar	32	91
encargos a pagar	42	40
empréstimos bancários	88	430
exigível em longo prazo	100	140
capital social	3.000	3.000
lucros ou prejuízos acumulados	1.000	3.980
reservas	498	250
total passivo + patrimônio	5.750	8.200

conta	ano I (em R\$)	ano II (em R\$)
receita de vendas	11.210	7.100
- deduções	(2.100)	(800)
= receita líquida de vendas	9.110	6.300
- custo da mercadoria vendida	(6.500)	(2.000)
= lucro bruto	2.610	4.300
- despesas operacionais	(1.410)	(1.320)
despesa de salários	(800)	(900)
despesa de manutenção	(400)	(140)
despesa de depreciação	(120)	(220)
despesas administrativas	(90)	(60)
lucro operacional	1.200	2.980

Julgue os itens seguintes, acerca da análise das demonstrações contábeis, mostradas acima, de uma empresa comercial.

- 66** O índice de liquidez corrente do ano I é maior do que o índice de liquidez corrente do ano II.
67 O índice de liquidez imediata do ano II é maior do que o índice de liquidez corrente do ano I.
68 O índice de endividamento do ano II é menor do que o índice de endividamento do ano I.
69 O capital circulante líquido do ano I é maior do que o capital circulante líquido do ano II.
70 O giro do estoque do ano II é menor do que 1,5.
71 O índice de liquidez seca do ano I é menor do que o índice de liquidez imediata de II.
72 O índice de liquidez corrente do ano I é inferior ao índice de liquidez seca do ano II.

RASCUNHO

conta	saldo (em R\$)
abatimento sobre compras	200
abatimento de vendas	320
desconto de compras	400
seguros sobre compras	410
frete sobre vendas	750
devolução de vendas	800
frete sobre compras	1.200
despesas de exaustão	1.447
despesas antecipadas de seguros	1.500
despesas de depreciação	1.580
despesas antecipadas de salários	2.400
receita de serviços	2.500
despesas antecipadas de aluguel	3.250
empréstimos a pagar	4.470
aplicações financeiras	5.296
debêntures emitidas	6.650
receita antecipada de serviços	7.440
estoque em 31/1	12.000
compras de mercadorias	13.800
estoque em 1.º/1	50.000
receita de vendas	65.800

Com base no conjunto de contas hipotéticas apresentado acima, julgue os itens seguintes.

- 73** O valor da receita líquida de vendas é menor do que R\$ 68.000,00.
- 74** As contas de ativo totalizam R\$ 12.446,00.
- 75** A margem bruta é maior do que 32,5%.
- 76** A margem operacional apurada é maior do que 23,5%.

data	operação	quant.	valor unitário (em R\$)	valor total (em R\$)
1.º/maio	saldo inicial	10	60	600
6/maio	compras	6	62	372
9/maio	vendas	5	200	1.000
10/maio	compras	12	65	780
13/maio	vendas	11	202	2.222
15/maio	compras	6	66	396
18/maio	devolução de compras do dia 15 de maio	3		
20/maio	compras	11	65	715
23/maio	vendas	15	205	3.075

Com base na ficha de controle de estoques acima, julgue os itens a seguir.

- 77** De acordo com o princípio contábil da entidade, é vedada ao sócio a inclusão de seus ativos pessoais no estoque de mercadorias para revenda da empresa.
- 78** O custo da mercadoria vendida no dia 23 de maio teria sido maior caso a empresa adotasse o PEPS em vez do UEPS.

79 De acordo com o UEPS, o saldo de mercadoria disponível para a revenda no dia 14 de maio era de R\$ 727,00.

80 O valor do estoque final de mercadorias, segundo o UEPS, era de R\$ 715,00.

81 O valor do custo da mercadoria vendida (CMV) no período, de acordo com o UEPS, era de R\$ 1.950,00.

82 O CMV deve ser apurado por sistemas de inventário permanente ou periódico. O sistema permanente apresenta as movimentações diárias de compras e vendas de mercadorias e proporciona a visualização do estoque de mercadorias disponíveis para revenda a qualquer tempo. Já o sistema de inventário periódico não proporciona a visualização do saldo de mercadorias disponíveis para revenda a qualquer tempo.

Acerca dos princípios fundamentais de contabilidade e seu reflexo no patrimônio, julgue os itens seguintes.

83 Ao se efetuar a reavaliação de ativos para valor maior do que o registrado a custo histórico, o registro correto deve ser feito a débito do ativo reavaliado e a crédito de reserva de reavaliação. A reavaliação só pode acontecer quando ocorrer uma divergência considerável entre o valor histórico e o valor corrente.

84 O registro da venda antecipada fundamenta-se no princípio fundamental da oportunidade e no regime de competência.

85 Ao registrar a aquisição de ativos pelo valor pago no ato da compra, a empresa obedece ao princípio da continuidade.

RASCUNHO

Acerca das operações contábeis típicas de uma empresa comercial julgue os itens a seguir.

- 86** A captação de empréstimos de longo prazo não afeta o índice de liquidez imediata. O pagamento de empréstimos de longo prazo afeta o valor do capital circulante líquido.
- 87** O registro de mercadorias para revenda segue o custo como base de valor. Ao adotar a média ponderada móvel como critério de controle de estoques, a empresa apurará o custo da mercadoria disponível para revenda sempre que houver aquisições de novas mercadorias.
- 88** Em uma economia inflacionária, com impacto direto na composição dos custos de mercadorias, o saldo monetário do estoque final de mercadorias segundo o PEPS é menor do que o saldo apurado segundo o UEPS.
- 89** A apropriação de despesas de salários, ao final do mês, proporciona um acréscimo ao saldo do passivo circulante e um decréscimo ao resultado do exercício. No momento do pagamento dos salários apropriados, deverá ocorrer um débito no passivo circulante e um crédito no disponível.
- 90** O registro da aquisição de ações de outras companhias, a título de investimento permanente, aumentará o saldo do ativo permanente. Caso a empresa resolva vender ações classificadas no ativo permanente, com lucro, ocorrerá movimentação de contas nos grupos do ativo, mas o saldo do ativo total permanecerá inalterado após a operação.

A administração pública deve oferecer à coletividade serviços que podem ser essenciais ou apenas, úteis à comunidade. No sentido de atender às necessidades da sociedade, a administração pública possui entidades organizadas para prover os serviços públicos de forma direta ou por delegação sob normas e controles estatais. Acerca de serviços, patrimônio, bens públicos e controles, julgue os itens a seguir.

- 91** A prestação de serviço por permissão é o procedimento pelo qual a autoridade permitente faculta a título precário a uma pessoa física ou jurídica a execução de um serviço de utilidade pública.
- 92** O controle finalístico é aquele que resulta automaticamente do escalonamento vertical existente na administração, no qual os escalões inferiores estão subordinados aos superiores. Nesse caso, os órgãos de cúpula têm o controle pleno dos subalternos, independentemente de normas que o estabeleçam.
- 93** Autarquias são entidades autônomas, criadas por lei, com personalidade de direito público interno, para executar atividades típicas da administração pública. O patrimônio de uma autarquia é oriundo do poder público e há participação de particulares em seu capital.
- 94** Um edifício pertencente ao Estado e utilizado como hospital público é classificado como bem público de uso comum do povo.
- 95** Os bens públicos imóveis são avaliados pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção ou de construção. Esses bens podem ser reavaliados.

A administração pública, para proporcionar os serviços demandados pela sociedade, a cada exercício financeiro, busca recursos, adquire bens e serviços e controla seus bens segundo normas contábeis e legais. Quanto a receita, despesa, regimes contábeis e inventário, julgue os itens seguintes.

- 96** O contribuinte que possui um veículo, no momento em que realiza o pagamento do IPVA junto a uma agência bancária, está caracterizando o denominado regime de caixa adotado na contabilidade pública.
- 97** No Brasil, o exercício financeiro da administração pública coincide com o ano civil, mas, isso varia entre os países, pois existem os que adotam outros períodos.
- 98** Não pode ser concedido suprimento de fundos a servidor que tenha a seu cargo a guarda ou a utilização do material a adquirir, salvo quando não houver na repartição outro servidor.
- 99** No estágio denominado pagamento, que ocorre na execução da despesa, devem ser verificados a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.
- 100** Na administração pública, é previsto o preço médio ponderado das compras para avaliação dos bens em almoxarifado. Isso significa que, a cada nova compra, o valor unitário dos bens existentes em estoque pode ser alterado.

A contabilidade pública faz a escrituração dos atos e fatos que alteram ou podem alterar o resultado e a situação patrimonial de uma entidade pública em determinado exercício financeiro. Esses registros e resultados são evidenciados pelos demonstrativos contábeis e servem de informação para que sejam julgadas as contas governamentais. A respeito da escrituração das operações típicas da administração pública, da determinação do resultado, dos demonstrativos contábeis e da prestação de contas governamentais, julgue os próximos itens.

- 101** Na emissão do empenho, são efetuados registros contábeis que permitem identificar o programa de trabalho que está sendo executado, a nota de empenho emitida, o favorecido do empenho e a modalidade de licitação realizada.

102 Uma despesa liquidada com a aquisição de um bem móvel é compensada por um registro em conta de resultado aumentativo. Devido a essa compensação, não há alteração do resultado patrimonial do exercício.

103 O superávit corrente obtido na execução orçamentária é demonstrado no balanço orçamentário no lado das receitas.

104 Os bens recebidos como doação são evidenciados nas demonstrações das variações patrimoniais como uma interferência ativa no lado das variações ativas.

105 Processo de contas simplificado é o processo de tomada ou de prestação de contas organizado de forma simplificada, a partir da aplicação de critérios de risco, materialidade e relevância, estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União.

Auditoria pode ser definida como o conjunto de procedimentos que compreende o exame de documentos e registros, inspeções e obtenção de informações e confirmações internas e externas, relacionadas com o controle patrimonial e com o objetivo de mensurar a exatidão desses registros e das demonstrações deles decorrentes. No que se refere a auditoria, julgue os itens subseqüentes.

106 O auditor independente deve estabelecer seus honorários considerando, entre outros aspectos, o número de horas estimadas, a qualificação técnica do profissional envolvido, a relevância, o vulto e a complexidade do serviço. Contudo, o estabelecimento de honorários substancialmente inferiores ao que poderia ser considerado razoável não caracteriza perda de independência do auditor.

107 O auditor deve assegurar o sigilo relativamente às informações obtidas na empresa auditada enquanto durar o trabalho de auditoria, deixando de existir esse dever de manter o sigilo quando terminados os compromissos contratuais.

108 A partir da data de emissão do seu parecer, o auditor deve manter a custódia dos papéis de trabalho pelo prazo de cinco anos.

109 A amostragem sistemática consiste em proceder a seleção de itens de maneira que sempre haja um intervalo prefixado, uniforme, entre cada item selecionado, a partir de um ou mais pontos de partida aleatório, em uma lista de itens da população.

110 Entre os objetivos de um sistema de controle interno, está a salvaguarda de interesses da entidade. Um dos meios utilizados para dar suporte a essa salvaguarda é a segregação de funções, que estabelece o controle das operações por meio de métodos de aprovação, de acordo com a responsabilidade e os riscos envolvidos para a empresa.

111 No caso de ter havido alterações em procedimentos contábeis e de os efeitos dessas alterações estarem adequadamente determinados e revelados nas demonstrações contábeis, o parecer do auditor deve ser sem ressalvas.

Para garantir o princípio constitucional da isonomia, a administração pública, na compra de bens e serviços, utiliza-se de um conjunto de procedimentos, legalmente estabelecidos, para verificar, entre os interessados habilitados, quem oferece melhores condições, de forma que se possa selecionar a proposta mais vantajosa para a administração. A respeito da licitação, julgue os itens que se seguem.

112 Quando a modalidade de licitação é de concorrência com contratação por regime de empreitada integral, os avisos contendo os resumos dos editais referentes à licitação devem ser publicados, por pelo menos uma vez, com antecedência de, no mínimo, trinta dias, da data estabelecida para o recebimento das propostas ou da realização do evento.

113 O servidor, ou dirigente de órgão, não pode participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens necessários ao órgão ao qual ele pertence.

114 É inexigível a licitação quando houver necessidade de adquirir componentes ou peças de origem nacional para manutenção de equipamentos durante período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, e quando houver condição de exclusividade para a vigência da garantia.

115 No que se refere à documentação relativa à qualificação econômico-financeira para a habilitação nas licitações, deve ser exigido dos interessados o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, já exigíveis e apresentados na forma da lei, dos dois últimos exercícios sociais.

Acerca da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPE/TO), julgue os itens a seguir.

116 De acordo com o princípio da indivisibilidade, os membros do MPE/TO constituem um conjunto indivisível; conseqüentemente, o ato praticado por um de seus membros, no exercício de suas funções, é praticado em nome de toda a instituição.

117 A estrutura orgânica do MPE/TO compreende os órgãos de administração superior e órgãos de execução. Os órgãos auxiliares, por serem vinculados ao Poder Executivo estadual, não integram o MPE/TO.

118 Nos primeiros dois anos de exercício do cargo, a conduta e o trabalho de membro do MPE/TO são avaliados em estágio probatório. Cumpridos os trâmites legais pertinentes, o membro do MPE/TO pode ser exonerado por ato do procurador-geral de justiça, após decisão desfavorável ao vitaliciamento proferida pelo Conselho Superior.

119 As hipóteses de impedimento que regulam a atuação dos órgãos jurisdicionais não vigoram para o promotor de justiça, podendo os membros do MPE/TO servir conjuntamente com juiz ou escrivão com os quais tenham relação de parentesco, como, por exemplo, cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

120 Se, no curso de investigação, houver indício de prática de infração penal por parte de membro do MPE/TO, a autoridade policial, civil ou militar, pode prosseguir em sigilo com as diligências até a conclusão do procedimento investigatório, quando, então, deve proceder a remessa dos autos ao procurador-geral de justiça.

